



Órgão: Prefeitura Municipal de Feira Nova
Relatório Trimestral
Período: 01/01/2020 a 31/03/2020
Prefeito: José Carlos dos Santos

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados Demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei N° 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

2. DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de 2020 foi aprovado pela Lei N° 510/2019 de 17 de dezembro de 2019, alocando recursos na ordem de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

RECEITAS CORRENTES	21.425.629,40
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.162.469,40)
RECEITAS DE CAPITAL	3.736.840,00
RECEITA INTRAORÇAMENTARIA	0,00
TOTAL DA RECEITA	23.000.000,00
DESPEAS CORRENTES	18.357.606,70
DESPEAS DE CAPITAL	4.623.393,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.000,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00
TOTAL DA DESPESA	23.000.000,00

No período foram abertos créditos adicionais que suplementaram R\$ 3.173.350,00 e anularam R\$ 3.173.350,00. As fontes de recursos utilizadas para a abertura dos créditos suplementares foram as seguintes:

FONTE DE RECURSO	VALOR - R\$
Anulação de Dotação	3.173.350,00
Superávit Financeiro	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Operação de Crédito	0,00
Total	3.173.350,00



3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

TÍTULO	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	%	ARRECADADA NO PERÍODO	%	ARRECADADA ATÉ O PERÍODO	%
RECEITAS CORRENTES	21.425.629,40		5.051.525,52		5.051.525,52	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.162.469,40		-666.700,39		-666.700,39	
RECEITAS DE CAPITAL	3.736.840,00		0,00		0,00	
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00		0,00		0,00	
TOTAL	23.000.000,00		4.384.825,13		4.384.825,13	

Os dados acima demonstram que a Receita Arrecadada para o período foi de R\$ 5.051.525,52 (cinco milhões, cinquenta e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos), tendo ainda por arrecadar um resíduo de R\$ 17.948.474,48 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) em relação ao total estimado para o exercício.

3.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada

TÍTULO	RECEITA ARRECADADA	DESPESA LIQUIDADADA	DIFERENÇA (+/-)
CORRENTES	4.384.825,13	4.072.345,34	312.479,79
CAPITAL	0,00	232.669,90	-232.669,90
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.384.825,13	4.305.015,24	79.809,89

O confronto entre a Receita Arrecadada Líquida e a Despesa Liquidada demonstra que o valor liquidado foi inferior à arrecadação da receita, o que representa um superávit no trimestre de R\$ 79.809,89 (setenta e nove mil, oitocentos e nove reais e oitenta e nove centavos).

3.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de R\$ 15.836.722,58 (quinze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos). O total de despesas liquidadas no período importou em R\$ 4.456.035,86 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de R\$ 3.442.747,58 (três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) conforme detalhamento abaixo:

TÍTULO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	LIQUIDADADA A PAGAR
ATÉ O PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00
NO PERÍODO	15.836.722,58	4.456.035,86	3.442.747,58	1.013.288,28
ACUMULADO	15.836.722,58	4.456.035,86	3.442.747,58	1.013.288,28



4. DO BALANÇO FINANCEIRO

Demonstra a movimentação de recursos de natureza orçamentária, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o trimestre seguinte, tendo o desdobramento a seguir:

RECEITA	R\$ 1,00
ORÇAMENTÁRIA	5.051.525,52
EXTRA-ORÇAMENTARIA	573.625,02
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00
SALDO PERÍODO ANTERIOR	0,00
TOTAL GERAL	5.625.150,54
DESPESA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.291.726,96
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	1.943.436,43
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00
SALDO PARA O PRÓXIMO PERÍODO	389.987,15
TOTAL GERAL	5.625.150,54

5. DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial representa os bens, direitos e obrigações que compõem a substancia patrimonial, estando assim demonstrado:

ATIVO	R\$ 1,00
ATIVO FINANCEIRO	653.986,21
ATIVO PERMANENTE	9.725.399,76
SOMA DO ATIVO REAL	10.379.385,97
ATIVO COMPENSADO	14.710,93
TOTAL GERAL DO ATIVO	10.379.385,97
PASSIVO	
PASSIVO FINANCEIRO	4.243.294,63
PASSIVO PERMANENTE	0,00
SOMA DO PASSIVO REAL	4.243.294,63
ATIVO REAL LIQUIDO	0,00
PASSIVO COMPENSADO	0,00
TOTAL GERAL DO PASSIVO	4.243.294,63



5.1 - Situação Financeira

A situação financeira em evidenciada no período selecionado, apresentou um Déficit Verificado em R\$ -3.589.308,42 (três milhões, quinhentos oitenta e nove mil, trezentos e oito reais e quarenta e dois centavos), onde foi possível verificar, que o Passivo Financeiro foi superior, conforme valores informados no demonstrativo das variações patrimoniais apresentado abaixo:

TITULO	VALOR - R\$
Ativo Financeiro	653.986,21
(-) Passivo Financeiro	4.243.294,63
Déficit Verificado	-3.589.308,42

6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadas e as despesas realizadas. A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

6.1 Limite com pessoal em relação à receita corrente líquida

Os gastos realizados com pessoal durante os últimos doze meses foram de R\$ 12.060.883,58 (doze milhões, sessenta mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), que representam 64,18% da receita Corrente Líquida, a qual foi da ordem de R\$ 18.791.475,88 (dezoito milhões, setecentos e noventa e um mil, quatrocentos setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), calculados com base em regra contida na LRF.

6.2 Relatórios bimestrais

Identificamos o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (bimestral), que foi elaborado pela Equipe Técnica de Contabilidade do Município e encaminhados ao Tribunal de Contas, em obediência à LRF.

6.3 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Foram aplicados R\$ 1.106.240,63 (um milhão, cento e seis mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e três centavos), na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa 32,12 % das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, que somaram o valor de R\$ 3.444.190,69 (três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa reais e sessenta e nove centavos), informações estas obtidas através do Demonstrativo da Aplicação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fornecido pela Equipe Técnica, foi cumprida a aplicação mínima prevista na Constituição Federal.

6.4 Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Foram aplicados R\$ 884.730,09 (oitocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e trinta reais e nove centavos) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, representando 87,36 % das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências que somaram o valor de R\$ 1.012.779,87 (um milhão, doze mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos), informações estas, obtidas através do Demonstrativo da Aplicação de Recursos do FUNDEB, fornecido pela equipe Técnica de Contabilidade do Município.



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 1º Trimestre do Exercício de 2020, foi emitido obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública e em conformidade com a legislação vigente, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

JUCILENO FRANCISCO DE SOUZA

Secretário de Controle Interno